

## Abordagem da Ditadura Civil-Militar Brasileira (1964-1985) na segunda edição do livro didático *História em Movimento*

Approach of the Brazilian Civil-Military Dictatorship (1964-1985) in the second edition of the *History in Motion* textbook

**Rafael Fiedoruk Quinzani**

Graduando em História  
Universidade Federal de Santa Maria  
rafael.quinzani@bol.com.br

**José Iran Ribeiro**

Doutor em História Social  
Universidade Federal de Santa Maria  
jiranribeiro@gmail.com

**Recebido em:** 31/08/2019

**Aprovado em:** 03/01/2020

**Resumo:** Neste artigo, iremos analisar o livro didático *História em Movimento*, em sua segunda edição, a fim de perceber a forma pela qual este material aborda o período referente à Ditadura Civil-Militar Brasileira (1964-1985). Para tanto, iniciaremos fazendo uma contextualização histórica do livro didático brasileiro nas últimas décadas, focalizando no Programa Nacional do Livro Didático e seu sistema de seleção prévia. Constataremos, na análise do material, que ainda permanece espaço para divergências a respeito das narrativas do passado, especialmente devido às referências a partir das quais os autores elaboraram o livro didático. A partir de nossos referenciais, traremos outra interpretação ao tema, refletindo a importância de não narrar o Golpe Civil-Militar como um determinismo, a impertinência da divisão entre militares supostamente “linha-dura” e “moderados” para a compreensão do período, e que a ideia de “democracia” dos militares era diferente dos ideais democráticos dos opositores.

**Palavras-Chave:** Livro didático de história; Ensino de História; Ditadura Civil-Militar Brasileira.

**Abstract:** In this article, we will analyze the textbook *History in Movement*, in its second edition, in order to understand the way in which this material addresses the period referring to the Brazilian Civil-Military Dictatorship (1964-1985). To this end, we will begin by making a historical contextualization of the textbook in Brazil in the last decades, focusing on the National Textbook Program and its system of prior selection. In the analysis of the material we will find that there is still room for divergences in the narratives of the past, especially due to the references from which the authors prepared the textbook. From our references, we will bring another interpretation to the theme, reflecting the importance of not narrating the Civil-Military coup as a determinism, the impertinence of the division between supposedly “hardline” and “moderate”

military to understand the period, and that the idea of “democracy” from the military was different from the democratic ideals of the opponents.

**Keywords:** History textbook; History studies; Brazilian Civil-Military Dictatorship.

## Introdução

Neste artigo, faremos uma análise do Livro Didático *História em Movimento*, visando refletir acerca da forma como é apresentada a História da Ditadura Civil-Militar Brasileira (1964-1985). Para tanto, nos basearemos em referenciais historiográficos sobre o período, bem como obras que refletem sobre temas relacionados ao livro didático de História.

Material que ficou, durante muito tempo, afastado das discussões acadêmicas, o livro didático passou, nas últimas décadas, por um processo de ressignificação. Esta mudança de perspectiva contribuiu, assim como a retomada de um contexto democrático, para que fossem propostas novas formas de produzir e utilizar livros didáticos. Nesse sentido, destacaremos como o PNLD e o processo de avaliação prévia do Programa têm influenciado nas modificações pelas quais os livros didáticos têm passado. Em seguida, discorreremos sobre a obra, a editora e a metodologia para, em um terceiro momento, realizar a análise efetiva de como a coleção *História em Movimento*, em sua segunda edição (AZEVEDO; SERIACOPI, 2013), aborda o tema da Ditadura Civil-Militar brasileira, dialogando a sua perspectiva com a da historiografia pertinente.

Perceberemos que, por um lado, o livro didático analisado é bastante fidedigno aos seus fundamentos bibliográficos. Porém, apontaremos alguns questionamentos a esta narrativa da história da Ditadura Civil-Militar. Uma das principais críticas é à diferenciação entre “duros” e “moderados”, que acarretou uma narrativa problemática, em especial, nas atitudes dos grupos militares supostamente “moderados”. Também foi possível constatar na coleção a crítica efetuada por Helenice Rocha (2017) às coleções de 2011 do PNLD, que tendiam a abordar de forma desproporcional a atuação popular, relevando o apoio para a “legitimação” do Golpe, mas não destacando grupos que defenderam os militares após o Golpe e foram contrários ao fim da ditadura. Além dessas críticas, destacaremos a abordagem de temas como o Golpe de 1964, a anistia e a reabertura sobre forma linear, desfavorecendo a percepção dos diversos projetos de sociedade e dos múltiplos desfechos históricos possíveis. Explicitaremos como essas narrativas dialogam com a bibliografia na qual o livro se baseia, já que parte apenas de autores sem

formação historiográfica ou em livros que, embora importantes clássicos da historiografia, não integram as novas perspectivas sobre o tema.

## **Desenvolvimento**

A fim de melhor abordarmos algumas questões fundamentais, desenvolveremos nosso trabalho em três partes. Iniciaremos selecionando alguns elementos que consideramos fundamentais para compreender o livro didático e sua trajetória. Em seguida, apresentaremos algumas informações acerca da obra analisada, sua editora e a metodologia empregada neste artigo. Por fim, efetuaremos a análise do material.

## **Contextualização do livro didático de História: processos básicos de transformação nas últimas décadas**

Até a década de 1960, os livros didáticos eram concebidos como simples reproduções de uma ideologia. Assim, são praticamente inexistentes análises sobre estes materiais no meio acadêmico até então. Mesmo na permanência desta concepção, o contexto ditatorial transforma o livro didático em importante frente de batalha. O livro continua sendo abordado, em parte significativa, enquanto simples reprodução de uma ideologia, mas, na medida em que se limitava a liberdade do autor, proibindo-se ideais que discordassem da visão reproduzida pelos grupos que apoiavam a ditadura, analisar livros didáticos tornou-se uma importante forma de denunciar as relações ideológicas do livro didático.

Assim, outros aspectos do livro didático de História continuavam desvalorizados. Compreendia-se que o professor era simples reprodutor do conteúdo, tal qual apresentado no livro. Além disso, o sistema interpretativo baseado unicamente na análise de conteúdo gerava, em grande parte das vezes, conclusões exageradas, levando a afirmativas que o livro não permitia deduzir com segurança. Tais conclusões, baseadas, em boa medida, em um marxismo ortodoxo, levavam, por vezes, à compreensão de que seria impossível que qualquer mudança estrutural ocorresse através do sistema de ensino e do livro didático. (MUNAKATA, 1997)

Porém, à medida que ocorre a abertura democrática, torna-se possível analisar outros aspectos do livro didático sem preocupações com censura ou perseguições. Assim, um dos trabalhos marcantes é o de Galzerani (1988), no qual a autora questiona o modelo interpretativo até então predominante, que não considerava a complexidade do livro didático e a diversidade de usos deste material. À reflexão da autora sobre a interpretação do livro didático e à concepção

renovada de seu uso são acrescentadas novas abordagens deste material, por exemplo, no trabalho de Bittencourt (1993), que seria uma das primeiras autoras a utilizar o embasamento da história cultural para a análise do livro didático. Assim, percebe o livro como um produto, relacionado com dimensões como a do Estado e do mercado editorial. Munakata (1997), por sua vez, traz uma nova visão sobre editores e autores de materiais didáticos, até então tratados, por vezes, como simples reprodutores de um sistema mercadológico e como personagens despreocupados com uma educação de qualidade. Da mesma forma, o trabalho seria fundamental para compreender o processo de produção deste tipo de material.

Por outro lado, a democracia acarretaria um novo tratamento dado à seleção de livros didáticos. Ao invés de disponibilizar aos professores livros didáticos de um único eixo ideológico, o PNLD- Programa Nacional de Livros Didáticos busca abranger diversas interpretações históricas, ao mesmo tempo em que objetiva expandir o acesso ao material didático.

Porém, a multiplicidade de perspectivas teóricas não significaria que todos os materiais teriam uma melhoria qualitativa. Em outras palavras, mesmo com concepções diversas de História nos materiais didáticos, ainda estariam sendo propagados preconceitos, simplificações e outras incoerências.

Embora exista a preocupação com materiais de qualidade, a preocupação do mercado editorial com o lucro direciona as transformações nos materiais didáticos. Escrever e editar livros gera custos. Assim, as mudanças no livro são efetuadas em consonância com as demandas do mercado.

Nos primeiros anos do Programa, as demandas partiam, basicamente, do professor. Este selecionava o livro que visasse adequado para sua utilização e de seus alunos, enquanto o Estado adquiria o material. Somente a demanda docente, porém, não seria suficiente para que diversas problemáticas do livro didático fossem amenizadas adequadamente. É importante perceber que:

A escolha docente parece se referenciar em diversos aspectos como, por exemplo, as apreciações a respeito de suas práticas de uso de algum livro, as condições de trabalho docente nas diferentes realidades escolares, os níveis de leitura e letramento dos estudantes e até algumas questões sociais como o aumento da violência social no entorno de algumas escolas (SILVA, 2012, p. 814).

Assim, uma importante pesquisa efetuada em 1994 constatou uma série de problemáticas nas áreas específicas do conhecimento. De forma geral, a comissão sugeriu que o conjunto de livros didáticos analisados:

[...] expressa a visão da escola e do papel do professor como um mero repassador de informações estratificadas, obsoletas e errôneas, imune à concepção de que um mundo em mudanças vertiginosas de valores, da ciência e da tecnologia exige, acima de tudo, indivíduos com capacidade de resolver problemas novos para sobreviver, portanto, de pensá-los.

Sendo assim, arrolamos, a seguir [...] as propostas que julgamos de execução mais urgente, com suas justificativas:

- a. estabelecimento pelo MEC de um programa mínimo obrigatório de âmbito nacional, com os objetivos, conteúdos e orientação pedagógica em todas as disciplinas que constituem o currículo do 1º grau [...]
- b. instituição na FAE de uma instância de avaliação do livro didático com a constituição de um conjunto de consultores permanentes e ad hoc para o controle de qualidade do livro didático em diferentes níveis e nas várias áreas. Deverá ser estabelecido um padrão mínimo aquém do qual o livro não constará das listas para seleção e indicação a serem distribuídas entre a rede de professores. [...]
- c. campanha sistemática de divulgação dos resultados da avaliação do livro didático [...]
- d. incentivo a grupos qualificados de produção de livro didático para as quatro primeiras séries do 1º grau e/ou à publicação de material didático já produzido e inédito (BRASIL, 1994, p. 103-104).

A comissão sugeriu, portanto, que o PNL D adquirisse somente livros que respondessem a um nível mínimo de exigências. A produção e circulação dos materiais desclassificados não são proibidas, mas estes não devem ser adquiridos pelo governo, como aponta Sposito (2006). A autora entende a importância de que o Estado mantenha seu direito, enquanto comprador, de adquirir apenas materiais com algum nível de pertinência a um processo educativo de qualidade.

Com o estabelecimento da avaliação prévia dos materiais a partir de 1996, aliada às demandas do professor, de forma lenta, gradual e não linear, os livros didáticos de História têm mostrado importantes avanços em diversos aspectos. Assim, o Programa busca um relativo equilíbrio entre a qualidade do Livro enquanto material científico-pedagógico e a participação do professor, que, embora não possa escolher qualquer material do mercado, ainda contará com uma margem de opções a partir das quais poderá selecionar a que mais se adequar às suas demandas.

Estas considerações nos levam à suposição de que deverá haver uma qualidade mínima no material selecionado. Partindo desta hipótese, analisaremos a segunda edição do livro didático *História em Movimento*, aprovado no PNL D 2015, a partir da qual visamos compreender em que

medida o livro didático está em diálogo com o ambiente historiográfico e, se sim, qual matriz fundamenta sua interpretação histórica do período ditatorial.

### **Sobre a coleção, a editora e a metodologia**

Apesar da aparente diversidade de editoras no País, alguns grupos concentram parte significativa do mercado. Neste sentido, a Editora Ática, responsável pela obra aqui analisada, foi adquirida em 1999 em uma parceria entre o Grupo Havas e o Grupo Abril. (FRANCO, 1999) Após alguns anos de cooperação entre ambos os grupos, o Grupo Abril adquire a parcela dos direitos que o grupo Havas possuía. (MACHADO; SAKATE, 2004) Porém, o Grupo Abril também seria adquirido pela Tarpon Investimentos em fevereiro de 2015, e pela Kroton Educacional em abril de 2018. Assim, algumas das principais editoras do País estão inseridas em redes de cooperação ou de controle. Embora estes esquemas de posse ou colaboração repercutam na maior ou menor adoção de algumas técnicas e abordagens, considerando as orientações, tecnologias e filosofias das empresas a que estão submetidas, é necessária cautela ao afirmar que a Ática siga determinado padrão nas obras que publica, pois a diversidade de abordagens nos seus livros é uma importante estratégia das editoras, a fim de buscar cobrir a ampla gama do mercado na educação.

A coleção analisada (*História em Movimento*), de autoria de Gislane Campos Azevedo Seriacopi<sup>1</sup> e Reinaldo Seriacopi<sup>2</sup>, é destinada ao Ensino Médio. Na sua primeira edição, a coleção foi a 7ª coleção mais adquirida na área de História do PNLD 2012 (709.149 livros), e a segunda edição, aqui analisada, figurou como 9ª coleção mais adquirida do PNLD 2015 (376.129 livros). É, assim, um importante agente na formação de perspectivas históricas no país. Porém, apesar do seu impacto, possui significativamente menos trabalhos de análise que versam sobre este material em questão.

A busca por analisar as coleções mais difundidas no país ou em determinada região tem levado à concentração de análises sobre poucas obras. Destacadamente, análises de livros didáticos focam em livros de ensino fundamental (CAIMI, 2013) e nos que possuem as maiores

---

<sup>1</sup> Mestre em História Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Professora universitária, pesquisadora e ex-professora de História dos ensinos Fundamental e Médio das redes pública e particular de ensino (Cf. AZEVEDO & SERIACOPI, s. d.).

<sup>2</sup> Bacharel em Língua Portuguesa pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo e em Jornalismo pelo Instituto Metodista de Ensino Superior. Editor especializado na área de História (Cf. AZEVEDO & SERIACOPI, s. d.).

tiragens. (CHOPPIN, 2004) Assim, nossa análise aborda uma coleção com importante papel no ensino de História, mas que ainda permanece pouco explorada.

O parecer da comissão avaliadora do PNLD 2015 é bastante positivo em relação à obra, com algumas exceções, como a compartimentalização dos conteúdos relacionados à “História da África, História e cultura dos afrodescendentes e dos povos indígenas” (BRASIL, 2014, p. 60).

O parecer aponta que a coleção:

[...] apresenta os conteúdos de história organizados em unidades a partir de critérios temáticos, como por exemplo, “Direito e democracia” (v.1), “diversidade cultural” (v.2), “Ética” (v.3), valorizando uma visão processual da história e a importância da ação humana. Os capítulos seguem uma forma cronológica linear, intercalando a História Geral, de matriz europeia, a História do Brasil, da América, da África e da Ásia

[...] O projeto gráfico-editorial é adequado à faixa etária dos estudantes do Ensino Médio, e aos objetivos didático-pedagógicos da obra, contendo referências bibliográficas e indicação de leituras complementares. A coleção é de fácil manuseio, bem hierarquizada e sinalizada. Ressalta-se a existência de descanso visual em decorrência da suavidade das tonalidades das imagens e das diferentes cores que servem de base para a identificação de cada unidade. As imagens são apresentadas em interação com os textos, geralmente com legendas que por si mesmas podem ser consideradas textos complementares (BRASIL, 2014, p. 56 - 60).

Além destes elementos, também é destacado o esforço em conectar o conteúdo com as possibilidades interdisciplinares. Para tanto, alguns temas do conteúdo seguinte são trabalhados no conteúdo anterior. No caso da Ditadura de Segurança Nacional, por exemplo, o contexto do Golpe Civil-Militar é abordado ainda no capítulo *Brasil: anos de democracia*.

Como procedimento de análise, efetuamos a leitura do texto principal e dos outros elementos nos capítulos relacionados à temática da Ditadura Civil-Militar, discutindo os principais aspectos da abordagem histórica, pontuando de que forma se relaciona com a historiografia pertinente e com observações efetuadas por autores que promoveram análises de livros didáticos. Por fim, com base nas considerações efetuadas, refletimos como a bibliografia lida pelos autores influenciou na narrativa efetuada sobre a Ditadura Civil-Militar do Brasil.

### **A análise**

Iniciamos nossa análise pelo Golpe Civil-Militar. O Golpe de 1964 é abordado ainda no capítulo sobre os “anos de democracia”, com o provável intento de buscar maior integração das temáticas. O enfoque da narrativa se dá na divisão que as reformas de base teriam gerado na

sociedade, o que culminaria na Marcha da Família com Deus Pela Liberdade. Assim, de acordo com os autores do material:

A passeata do dia 19 de março proporcionou o apoio político e social necessário para a derrubada do presidente. Assim, no dia 31 de março de 1964, o chefe do estado-maior do Exército, general Castelo Branco, colocou-se à frente de um golpe militar, contando com o apoio do governo dos Estados Unidos, de alguns governadores de estado [...], das lideranças udenistas, dos representantes dos meios de comunicação, dos empresários e de amplos setores das classes médias. Assim, Jango foi destituído do poder (AZEVEDO; SERIACOPI, 2013).

Embora esta descrição contribua para perceber os agentes do Golpe, também abre espaço a interpretações que ignoram a resistência à ditadura. Remetemos, assim, à ideia de que “na grande maioria dos estudos, inclusive os mais recentes, o Golpe de 1964 é tratado como uma determinação histórica” (KONRAD; LAMEIRA; LIMA, 2013, p. 49). O material didático em questão, possivelmente devido às próprias bases referenciais em que constrói seus discursos, acaba, também, refletindo esta visão do Golpe como ação natural<sup>3</sup>.

Em relação aos desafios na produção de narrativas nos livros didáticos, é interessante a análise de Helenice Rocha acerca dos livros do PNL D 2011:

Conclui-se que existe descontinuidade no estabelecimento dos personagens sociedade civil e militares na narrativa sobre a ditadura militar brasileira. [...] existe uma tendência no conjunto das coleções de apresentar a sociedade à época de Jango dividida entre concepções ideológicas acerca de seu projeto. Durante a ditadura, os setores de vanguarda, ou de esquerda, permanecem existindo e agindo de diversas formas e os conservadores, ou de direita, desaparecem da cena pública, não sendo mais mencionados. [...] no fim da década de 1970 e 1980, toda a sociedade como que ressuscita – de forma coesa – participando de passeatas e manifestações públicas, fortalecendo movimentos sociais diversos, como sindicatos e associações, propondo e endossando ações pelo fim da ditadura (ROCHA, 2017, p. 261-262).

Assim, enquanto grupos civis participam do Golpe, tomado de forma natural, após o Golpe estes segmentos civis deixam de ser mencionados no livro didático, não se refletindo, por

---

<sup>3</sup> Para reforçarmos a conjuntura indeterminada do Golpe em sua efetivação, vale lembrar que a sociedade brasileira já tinha resistido a dois golpes de grupos bastante semelhantes: em 1954 e 1961. No Rio Grande do Sul, em 1964, houve forte movimento em defesa do presidente. Tropas militares do III Exército, lideradas por Ladário Pereira Telles, colocam-se a favor de Goulart em Porto Alegre. Foram apoiadas, também, por significativa quantidade de forças populares. Os legalistas contavam com o apoio, também, de personalidades como Sereno Chaise, prefeito de Porto Alegre, e Leonel Brizola, político gaúcho prestigiado e liderança da Campanha pela Legalidade em 1961, que, na ocasião, garantiu a posse inicial do mesmo João Goulart (KONRAD; LAMEIRA; LIMA, 2013, p. 60-65). O presidente contava, também, com um forte aparato legal à disposição para ser acionado, o qual escolheu não utilizar, preferindo, ao menos em um primeiro momento, a fuga de Brasília. Foi somente após esta atitude que o senador Auro Soares de Moura Andrade, sem base constitucional e sob intensos protestos, declara “vaga a presidência da República” (OLIVEIRA, 2008).



exemplo, acerca do “possível consentimento social às ações atribuídas à linha dura dos militares: prisões, torturas, assassinatos, desaparecimentos inexplicados” (ROCHA, 2017, p. 259). Da mesma forma, também no fim do movimento, não há reflexões sobre grupos contrários à abertura democrática, restringindo-se aos supostos “linha-dura”.

O restante da temática da Ditadura Civil-Militar brasileira está inserido no capítulo *O Brasil sob a ditadura civil-militar* (AZEVEDO; SERIACOPI, 2013, p. 182-199). A narrativa terá acentuada presença de uma perspectiva historiográfica que propõe diferenças fundamentais entre os militares “linha dura”, que desejariam a permanência dos militares no poder, e dos “moderados”, que acreditariam no retorno do poder aos civis. Porém, nossa base historiográfica sugere que ambos se unificavam na mesma base ideológica, na defesa da Doutrina de Segurança Nacional. Além disso, militares “moderados” também estavam comprometidos com os “porões” da tortura, permanecendo a opressão e mortes também nos governos ditos “moderados”. Além disso, a percepção de “democratização” dos militares “moderados” era a institucionalização de um modelo autoritário, ou seja, legitimar legalmente o sistema da ditadura, bastante diferente do que entendemos por democracia na atualidade. (NETTO, 2014) Esta dicotomia também é colocada na atividade 2, onde se solicita a caracterização e diferenciação entre os militares “duros” e “moderados” (AZEVEDO; SERIACOPI, 2013, p. 195).

Vemos a consequência da adoção de uma separação entre “linha dura” e “moderados” quando é enfatizado o caráter temporário do AI-1 e da participação militar no governo:

Dois dias depois da instauração do AI-1, o general Humberto de Alencar Castelo Branco era promovido [...] e eleito de forma indireta [...]. Ligado à ala moderada das Forças Armadas, ele defendia a ideia de que os militares não deveriam permanecer por muito tempo no poder, devolvendo logo o cargo a um político civil. Como veremos mais adiante, isso não aconteceu (AZEVEDO; SERIACOPI, 2013, p. 183).

O discurso em relação ao progressivo cerceamento de liberdades democráticas se baseia nas medidas econômicas, que, de acordo com o relatado no livro didático, embora positivas para o equilíbrio econômico do país, reduziriam o apoio popular, expresso nas eleições de 1965 (AZEVEDO; SERIACOPI, 2013, p. 184), levando os militares da “linha dura” a pressionar o governo por maiores cerceamentos.

Porém, limitar o baixo apoio popular às medidas econômicas adotadas pode levar a equívocos interpretativos, ao não apontar, por exemplo, o descontentamento com o governo devido ao próprio cerceamento de direitos democráticos. Por fim, novamente, reiteramos as

semelhanças entre os diversos grupos militares envolvidos na ditadura, como no caso do general Castelo Branco. Não somente pressões de alguns militares explicam as atitudes autoritárias que o general tomava enquanto estava no poder.

De acordo com nossa percepção historiográfica, a abordagem dos “anos de chumbo” dialoga significativamente com a perspectiva que divide os militares de linha “dura” e “moderada”: seria neste período que os ideais propostos pela suposta “linha dura” estariam consolidados no poder, através do AI-5. Porém:

Para além dos binarismos, por vezes simplificadores, a verdade é que os anos 1970, particularmente o período que vai de 1969 a 1974, não foram anos de ouro *ou* de chumbo. Foram, muitas vezes, os dois ao mesmo tempo, ou ainda: se foram um *e* outro, é preciso perceber que há um enorme espaço entre quem os viveu como *anos de ouro* e quem os viveu como *anos de chumbo* (...)

No caso da ditadura civil-militar de 1964, isso significa observar que a simples oposição entre um *Estado opressor* e uma *sociedade vitimizada* encobre uma série de atitudes que permitem entender as lógicas pelas quais o regime se sustentou por 21 anos (CORDEIRO, 2009, p. 90-91. Grifos da autora).

Ao propormos uma crítica à ideia de “anos de chumbo”, não visamos recusar toda a violência estatal no Brasil do início da década de 1970, mas perceber que a violência empreendida pelo Estado não está reduzida aos cinco anos mencionados: está presente na ditadura desde 1964. Ao mesmo tempo, significa observar que o período entre 1969 e 1974 não significou “anos de chumbo” a todos os setores da sociedade, o que chama atenção para a permanência de grupos indiferentes, apoiadores ou coniventes com o sistema de ditadura vigente no período mencionado.

Apesar das críticas historiográficas, destacamos a seção *passado presente*, interessante material que apresenta algumas das pessoas que teriam sido mortas e torturadas na ditadura, o que é importante para um exercício de empatia que ultrapasse dados numéricos sobre mortos, torturados ou desaparecidos na ditadura.

Na abertura “lenta, gradual e segura”, percebemos que a ideia de um processo de redemocratização é naturalizada, além de expressar o desejo das “lideranças”, que somente não a fariam de forma mais intensa para buscar “mediar” interesses dos apoiadores e contrários à ditadura.

Ambos, “moderados” e “duros”, estavam formados sobre uma Doutrina de Segurança Nacional, ou seja, em uma concepção que definia uma guerra permanente e total entre o

comunismo e os países ocidentais. (BORGES, 2003) A reflexão sobre esta informação pode ajudar-nos a perceber que existem diversas formas de conceber uma “democracia”. Nesse sentido, entender que militares, sem a pressão constante de grupos populares, teriam conduzido o país ao mesmo modelo democrático que possuímos atualmente é, também, uma leitura linear e evolutiva do processo de abertura da Ditadura.

Também a ideia de anistia é explicada como unívoca, sem que haja menção à possibilidade da ditadura ter sido encerrada com o julgamento dos crimes cometidos por agentes do governo, podendo trazer a equivocada interpretação de que a única escolha a ser feita seria absolver os crimes de governo e dos grupos exilados ou não absolver nenhum:

Cedendo à pressão popular, em agosto de 1979 o Congresso aprovou a Lei da Anistia. A medida, que permitiu o retorno ao país dos exilados, implicou também o perdão aos crimes cometidos pelos agentes da ditadura envolvidos em torturas e assassinatos de presos políticos (AZEVEDO; SERIACOPI, 2013, p. 193.).

Nesta questão, poderiam ser tratados, por exemplo, os constantes interesses militares, que, de forma autoritária e sem consulta aos anseios populares, impuseram uma anistia que absolveu a eles próprios, ao mesmo tempo em que absolveu apenas parte dos que eram contrários ao governo, excetuando todos que, mesmo também atuando por motivações políticas, teriam sido condenados por “crimes de terrorismo, assalto, sequestro e atentado pessoal” (BRASIL, 1979).

Longe de questões irrelevantes, as considerações aqui efetuadas, em conjunto, levam à transformação da narrativa que o livro faz sobre o período. Ora, os autores propuseram, como objetivos do capítulo sobre o período ditatorial:

Compreender o processo histórico que resultou na implantação e no recrudescimento da ditadura militar no Brasil entre 1964 e 1985.  
Compreender a importância da participação de vários setores políticos e sociais para a legitimidade e a manutenção do governo militar.  
Reconhecer a violência – conceito trabalhado nessa unidade – como uma estratégia dos regimes ditatoriais para o controle sobre a sociedade  
Compreender a importância dos mais variados movimentos de resistência para o fim da ditadura (AZEVEDO; SERIACOPI, 2013, p. 183).

Embora seja uma proposta interessante, entendemos que acaba consideravelmente limitada pelas problemáticas apontadas na narrativa efetuada: é importante refletir, nesse sentido, qual “compreensão histórica” foi realizada, ao colocar o Golpe como determinismo, sem contraposição; que “participação de vários setores políticos e sociais” é apresentada, quando suas

atitudes não são visíveis nos anos duros de ditadura e na resistência à redemocratização, bem como é importante destacar que a ditadura não foi legítima para todos os grupos; quanto à “violência”, esteve presente desde 1964, não apenas nos “anos de chumbo”; Por fim, o enfoque na “resistência” se torna seriamente prejudicado numa abordagem em que não são apresentados setores de apoio à ditadura no fim do período.

A narrativa possui importantes aspectos positivos, que devem ser revelados. Um deles é o esforço em relacionar passado e presente, bem como apresentar seções que discutem questões relacionadas aos indígenas e aos negros no período – embora estes elementos não estejam integrados ao texto – assim como o enfoque na resistência – apesar dos limites observados. Assim, dentro das problemáticas em suas bases teóricas, é possível entender que a narrativa foi elaborada com maestria nos aspectos técnicos e pedagógicos. As problemáticas na abordagem histórica, no nosso entendimento, partem da base bibliográfica da qual a narrativa do livro parte. Assim, identificamos os livros que abordam dedicadamente as temáticas relacionadas à Ditadura Civil-Militar, os quais serão discutidos em seguida.

O Frei Dom Evaristo Arns foi uma importante autoridade religiosa e sua obra *Brasil: nunca mais* (ARNS, 1985), produzida por um conjunto de especialistas, teve profundo impacto na narrativa da História e permanece tendo. A obra apresenta uma análise de mais de um milhão de páginas de processos judiciais, destacando mortos, torturados e responsáveis da ditadura, contribuindo significativamente para desvelar as injustiças do período. Porém, o livro não trata, explicitamente, de compreensões históricas. Trata, em especial, de explicitar como funcionava o terrorismo de Estado, explicitando métodos de tortura utilizados, relatos de pessoas torturadas, bem como caracterizar e discorrer sobre perseguidos e mortos do período, não sendo a principal discussão da obra o debate de conceitos e perspectivas historiográficas, focando na caracterização das atitudes do governo ditatorial. Assim, tanto pelo seu tempo como pelo seu lugar social, não pôde acompanhar o desenvolvimento dos debates historiográficos.

Quanto às obras de Élio Gaspari, *A ditadura emvergonhada* (GASPARI, 2002a); *a ditadura escancarada* (GASPARI, 2002b); *a ditadura derrotada* (GASPARI, 2003); e *a ditadura encurralada* (GASPARI, 2004), embora sejam importantes contribuições à pesquisa historiográfica e ao conhecimento de outras memórias sobre o tema, é importante ressaltar que o autor parte de uma perspectiva jornalística. O autor divide os militares em correntes opostas, explicando a “transição democrática” pela ótica dos “moderados”, não estando presentes discussões sobre a defesa da

Doutrina de Segurança Nacional e do terrorismo de Estado por militares atribuídos a esta linha. Gilberto Calil, ao criticar as produções citadas de Elio Gaspari, é claro ao afirmar que Geisel e Golbery não estavam buscando uma redemocratização como a propomos atualmente, senão “criar condições para uma transição que garantisse a consolidação e institucionalização do legado da ditadura e garantisse a impunidade aos agentes da repressão mesmo após a passagem do poder aos civis.” (CALIL, 2014a, p. 246). O autor também critica, nas obras de Gaspari:

[...] a desqualificação de João Goulart; a responsabilização da esquerda pelo desencadeamento do Golpe de 1964; a sobrevalorização da oposição entre militares “moderados” e “linha dura”; a amenização dos primeiros anos da ditadura; a desqualificação sumária das organizações de resistência armada; o elogio do processo de transição pelo alto; a minimização da repressão política sob o governo Geisel; a apreensão acrítica em torno do projeto distensionista, suas intenções e a forma como foi imposta e a relativização dos marcos temporais que definem o período ditatorial, promovendo seu encurtamento. Com ênfase no período do governo Geisel e no papel desempenhado por Golbery, Gaspari promove uma verdadeira regeneração de suas biografias, amenizando suas responsabilidades no exercício da repressão política e incorporando o discurso dos próprios personagens acerca do papel que teriam desempenhado no encaminhamento da “transição democrática” (CALIL, 2014b, p. 125-126).

No estudo das fontes, Gaspari demonstra, assim, ter assimilado elementos da narrativa dos grupos conservadores sobre o período. O trabalho histórico exige reflexão e questionamento exaustivo das próprias terminologias consolidadas nas memórias, através do debate e da crítica das fontes, já que não necessariamente a memória de determinado período reflete, tal e qual, os acontecimentos da devida conjuntura.

Quanto à obra *Combate nas trevas*, de Jacob Gorender (2003), novamente, não há a preocupação com a discussão dos debates aqui apontados. O historiador e cientista social, que participou da luta armada e do processo de cisão dos grupos de esquerda na ditadura, retoma, a partir da memória e de pesquisas, o protagonismo e embates destes com as forças de situação no período. Tratando da perspectiva de esquerda, o autor não tem preocupação com os questionamentos aqui apontados, embora aborde, de forma implícita, a presença da resistência dos grupos de esquerda ao longo de toda a ditadura, o que não se demonstra incorporado no material didático. As outras críticas, portanto, não foram abordadas no enfoque do autor. Vale destacar, também, que algumas das perspectivas das quais estamos tratando ainda estavam se difundindo na época de escrita do livro de Gorender. Embora diversas críticas já atingissem parte significativa dos historiadores, é a partir de 2004, nos debates sobre os quarenta anos do Golpe,

que Carlos Fico passa a perceber (nos eventos de âmbito acadêmico) o abandono de alguns clichês no tratamento de questões ligadas à ditadura, dentre os quais:

[...] a idéia de que só após 1968 houve tortura e censura; a suposição de que os oficiais-generais não tinham responsabilidade pela tortura e o assassinato político, a impressão de que as diversas instâncias da repressão formavam um todo homogêneo e articulado, a classificação simplista dos militares em "duros" ou "moderados", etc. (FICO, 2004, p. 30).

A mesma discussão sobre o lugar social do autor pode ser apontada para Skidmore, já que o historiador brasilianista escreveu as obras *Brasil: de Getúlio a Castelo* (SKIDMORE, 1979) e *Brasil: de Castelo a Tancredo* (SKIDMORE, 1988) logo após os períodos abordados. Skidmore se diferencia, porém, ao reproduzir a concepção de transição pelo alto. O autor reproduz, assim, a problemática ideia, já discutida anteriormente, de que o protagonismo pelo processo de transição à democracia se deve aos grupos no poder. Em contraposição a esta narrativa, entendemos que a redemocratização não foi linear, mas marcada por interesses diferenciados (KONRAD, 2013), sendo que os interesses da oposição, como de garantia aos seus direitos democráticos, conflitavam com os interesses de aliados do governo, aos quais interessava a preservação do legado da ditadura e garantir a impunidade dos responsáveis pelo terrorismo de Estado.

Assim, é possível entender que, embora da apresentação de obras importantes na historiografia, ao fazer uso apenas de livros clássicos, sem ser apresentado uso suficiente de obras com outros enfoques e atentas às descobertas historiográficas, o livro didático analisado, com interessantes aspectos na abordagem pedagógica e na relação do passado com a atualidade, termina por reproduzir questões já ultrapassadas nos debates historiográficos, ignorando críticas com considerável importância para os objetivos aos quais o material se propõe.

## Conclusão

As problemáticas historiográficas podem ser dialogadas, em grande medida, com a bibliografia em que se baseia o material, sendo esta constituída, principalmente, de livros que não acompanharam os novos debates sobre a ditadura. A obra de Arns (1984) analisa *como* funcionou em determinado período, o sistema de terrorismo de Estado, não sendo especial preocupação uma discussão conceitual ou processual da ditadura. A obra de Jacob Gorender (2003) trata da atuação da esquerda na ditadura. Embora não seja seu objetivo principal, implicitamente a obra demonstra que a ditadura foi continuamente acompanhada por resistência da oposição. Porém, esta perspectiva não aparece incluída no material didático. Dado o seu recorte, Gorender não

pôde contribuir para sanar uma série de outras questões sobre o período. As obras de Gaspari (2002a; 2002b; 2003; 2004), por sua vez, apresentam a dicotomia entre “duros” e “moderados”. As obras de Skidmore (1979; 1988) assimilam a ideia de “transição pelo alto”, naturalizando o processo de redemocratização e não destacando, assim, o conflito de diversos projetos de sociedade quando do fim da ditadura Civil-Militar brasileira.

A análise da obra não questiona sua qualidade diante da reprodução de uma corrente historiográfica legítima e reconhecida por parte dos historiadores, pois, enquanto modelo da concepção de que militares estavam divididos em posições marcadamente autoritárias ou marcadamente democráticas, o livro didático em questão representa o processo de forma interessante. De acordo com o conjunto de referenciais e das correspondentes críticas que explicitamos, pôde-se chegar a outra interpretação sobre o período e a significação de alguns de seus processos, na qual entendemos que não é pertinente a divisão entre militares tidos como “moderados” e “linha dura”.

A semelhança entre a perspectiva dos militares é cimentada, em parte, pela versão ideológica a que foram submetidos, a “Doutrina de Segurança Nacional”, que trazia a ideia de que o inimigo do exército estava, também, na própria população. Tal concepção se reforçaria nas terminologias e nos procedimentos: identificavam-se padres, estudantes, artistas, militares de esquerda e outros como “terroristas”. Em seguida, os “terroristas” prosseguiram a ser interrogados, torturados e, em parte dos casos, mortos. O estabelecimento de alguns militares como “moderados” levou, de acordo com o que analisamos, a interpretações diferentes de suas atitudes. Enquanto para os autores os militares “moderados”, que desejariam retornar o poder aos civis, tomaram atitudes acentuadamente autoritárias somente ou principalmente devido à demanda de militares “linha dura”, destacamos no artigo, embasados em parte significativa da historiografia pertinente, que havia demasiada semelhança entre ambos os grupos.

O conceito de “anos de chumbo”, igualmente problemático, possui relação com esta perspectiva: à medida que se naturalizam alguns militares como “duros” e outros como “moderados”, o período da “linha dura” no poder acaba sendo entendido como o único em que a violência foi acentuada. Porém, este enfoque acaba deixando de mencionar que as mortes e torturas já aconteciam desde 1964. Por outro lado, a carga pejorativa ao período ofusca, também, o apoio e a indiferença de alguns grupos para com a ditadura, fundamentais para a perduração desta por quase 21 anos.

Na abordagem da participação civil é necessário atentar-se para não tratar o Golpe Civil-Militar como um determinismo, dado que houve resistência, não se tratando o Golpe de um movimento “ganho”. Por outro lado, durante a ditadura em si, a participação civil dos grupos que apoiaram os militares deixa de ser frisada. No período final da ditadura, não foram apresentados grupos civis que lutaram pela permanência dos militares no poder. Na concepção de “abertura”, entendemos que os militares não podem ser compreendidos como defensores do modelo de democracia que acabou por vigorar. No modelo sob o qual se configurava a “democracia” das lideranças militares, indicava-se que permaneceriam diversas características do sistema autoritário. Porém, como afronta à concepção que os militares desejavam, estavam presentes a resistência e as demandas de grupos contrários à ditadura. A pressão destes grupos, expressa de inúmeras formas, seria a principal responsável pela completa retirada dos militares do poder e pelo efetivo fim do governo autoritário, já que, mesmo que tenha ocorrido de forma “lenta” e “gradual”, a abertura democrática não representou o resultado esperado inicialmente pelos militares, embora tampouco seja a completa representação do esperado pelos grupos opositores.

### Referências bibliográficas

ARNS, P. E. **Brasil: nunca mais**. 19 ed. Petrópolis: Vozes, 1985.

AZEVEDO, G. C.; SERIACOPI, R. **História**: Gislane e Reinaldo. Disponível em: <<http://sites.aticascipione.com.br/historia/gislaneereinaldo/apresentacao.asp>>. s.d. Acesso em: 29 jun. 2019.

\_\_\_\_\_. **História em movimento**. v.3. 2 ed. São Paulo: Ática, 2013.

BITTENCOURT, C. M. F. **Livro didático e conhecimento histórico**: uma história do saber escolar. 1993. 370f. Tese (Doutorado em História Social), Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, 1993.

BORGES, N. A Doutrina de Segurança Nacional e os governos militares. In: FERREIRA, J.; DELGADO, L. de A. N. (Orgs.). **O Brasil Republicano**. v. 4. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

BRASIL. Lei n. 6, 683, de 28 de agosto de 1979. Concede anistia e dá outras providências. **Planalto**, 28 ago. 1979. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L6683.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6683.htm)>. Acesso em: 30 jun. 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. **Guia de livros didáticos**: PNLD 2015: história: ensino médio. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2014.

\_\_\_\_\_. **Definição de critérios para avaliação dos livros didáticos**: 1<sup>a</sup> a 4<sup>a</sup> séries. Brasília: FAE, 1994. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me002396.pdf>>. Acesso em: 29 jun. 2019.



CAIMI, F. E. O que sabemos (e o que não sabemos) sobre o livro didático de história: estado do conhecimento, tendências e perspectivas. In: GALZERANI, M. C. B.; BUENO, J. B. G.; JÚNIOR, A. P. **Paisagens da pesquisa contemporânea sobre o livro didático de História**. São Paulo: Paco Editorial, 2013. P. 35-52.

CALIL, G. Elio Gaspari e o elogio da transição conservadora. **Outros tempos**, vol. 11, n. 17, p. 246-270, 2014a. Disponível em: <[https://www.outrostempos.uema.br/OJS/index.php/outros\\_tempos\\_uema/article/view/338/264](https://www.outrostempos.uema.br/OJS/index.php/outros_tempos_uema/article/view/338/264)>. Acesso em: 14 jan. 2020.

\_\_\_\_\_. O revisionismo sobre a ditadura brasileira: a obra de Elio Gaspari. **Segle XX: revista catalana d'història**, v.7, p. 99-126, 2014b. Disponível em: <<http://revistes.ub.edu/index.php/segleXX/article/view/11240/13962>>. Acesso em: 14 jan. 2020.

CHOPPIN, A. História dos livros e das edições didáticas: sobre o estado da arte. **Revista Educação e Pesquisa**. São Paulo, v.30, n.3, p.549-566, set./dez. 2004. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1517-97022004000300012](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-97022004000300012)>. Acesso em: 06 abr. 2019.

CORDEIRO, Janaina Martins. Anos de chumbo ou anos de ouro? A memória social sobre o governo Médici. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, vol. 22, no. 43, p. 85-104, jan./jun. 2009. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/eh/v22n43/v22n43a05.pdf>>. Acesso em: 14 jan. 2020.

FICO, C. Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 24, n. 47, p. 29-60, 2004. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-01882004000100003&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01882004000100003&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 05 jan. 2020.

FRANCO, C. de G. Editora Abril compra Ática e Scipione. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 1º de setembro de 1999. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/dinheiro/f01099919.htm>>. Acesso em: 04 jan. 2020

GALZERANI, M. C. B. Belas mentiras? A ideologia nos estudos sobre o livro didático. In: PINSKY, J. (Org.). **O ensino de História e a criação do fato**. São Paulo: Contexto, 1988.

GASPARI, E. **A ditadura derrotada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

\_\_\_\_\_. **A ditadura encurralada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

\_\_\_\_\_. **A ditadura envergonhada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002a.

\_\_\_\_\_. **A ditadura escancarada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002b.

GORENDER, J. **Combate nas trevas**. 6. ed. São Paulo: Ática. 2003.

KONRAD, D. A. A democracia brasileira não foi doada: a resistência na Ditadura Civil-Militar Brasileira. In: Jornada de estudos sobre ditaduras e direitos humanos - há 40 anos dos golpes no Chile e no Uruguai, 2., 2013, Porto Alegre. **Anais da II Jornada de Estudos sobre Ditaduras e Direitos Humanos**, Porto Alegre: APERS. Disponível em: <[http://www.apers.rs.gov.br/arquivos/1388085964.Ebook\\_II\\_Jornada\\_Ditaduras\\_e\\_DH.pdf](http://www.apers.rs.gov.br/arquivos/1388085964.Ebook_II_Jornada_Ditaduras_e_DH.pdf)>. Acesso em: 15 jan. 2020.

\_\_\_\_.; LAMEIRA, R. F.; LIMA, M. da F. C. Ditadura Civil-Militar e Historiografia: repressão e resistência no Rio Grande do Sul. In: PADRÓS, E. S. (org.). **Cone Sul em tempos de**

**Ditadura:** reflexões e debates sobre a história recente. Porto Alegre: Evangraf/UFRGS, 2013, p. 49-81.

MACHADO, C. E.; SAKATE, M. Abril assume controle da Ática e da Scipione. **Folha de São Paulo**, 02 de março de 2004. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/dinheiro/fi0203200414.htm>>. Acesso em: 04 jan. 2020.

MUNAKATA, K. **Produzindo livros didáticos e paradidáticos**. 1997. 217 f. Tese (Doutorado em História e Filosofia da Educação) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1997.

OLIVEIRA, E. C. de. Auro de Moura Andrade declara vaga a Presidência 1964. **Youtube**, 20 jun. 2008. Disponível em: <[https://www.youtube.com/watch?v=B-3Ng\\_eaG2I](https://www.youtube.com/watch?v=B-3Ng_eaG2I)>. Acesso em: 30 jun. 2019.

ROCHA, H. A ditadura militar nas narrativas didáticas. In: ROCHA, H.; REZNIK, L.; MAGALHÃES, M. de S. (org.). **Livros didáticos de História: entre políticas e narrativas**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2017.

SILVA, M. A. A Fetichização do Livro Didático no Brasil. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 37, n.3, p. 803-821, set./dez. 2012. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/edreal/v37n3/06.pdf>>. Acesso em: 30 jun. 2019.

SKIDMORE, T. **Brasil: de Castelo a Tancredo (1964-1985)**. 8 ed. Paz e Terra, 1988.

\_\_\_\_\_. **Brasil: de Getúlio a Castelo (1930-1964)**. 6 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

SPOSITO, M. E. B. A Avaliação de Livros Didáticos no Brasil Por Que? In: SPOSITO, M. E. B. (Org.). **Livros didáticos de Geografia e História: avaliação e pesquisa**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2006. p.15-25.